



MENCIONE-SE  
PUBLIQUE-SE  
EXPEÇA-SE

3/02/05

*Luís P. de ...*

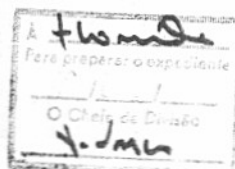
## REQUERIMENTO

Nº 527/IX (3ª) - AC

### **Assunto: a grave situação vivida no Teatro Nacional de S. Carlos**

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado **Augusto Santos Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, apresenta o seguinte requerimento ao Governo, através do Ministério da Cultura:

1. Nos termos legais, o Teatro Nacional de S. Carlos teria à sua disposição, como orçamento para 2005, o valor global de 16,45 milhões de euros. Nesse valor compreendem-se um milhão de receitas próprias e um milhão de dotação da empresa Millenium/BCP, ao abrigo da Lei do Mecenato.
2. Acontece, porém, que, fruto da cativação de 15% no orçamento de funcionamento e de 20,4% no orçamento de investimento, aquele valor reduz-se substancialmente, em mais de dois milhões de euros; e, como ainda não terá sido renovado o protocolo de apoio mecenático com a empresa acima referida, também se encontrará em falta mais um milhão.
3. As despesas fixas (vencimentos e manutenção das instalações) do Teatro andarão pelos 10,5 milhões de euros, no corrente ano. Resulta, portanto, que, a não serem desativadas as verbas retidas e a não ser desbloqueada a contribuição mecenática, o Teatro deixará de ter qualquer possibilidade de concluir a temporada em curso, segundo o programa que foi, em tempo próprio, devidamente aprovado pela tutela governamental.
4. Seriam incalculáveis os prejuízos que decorreriam de uma tal eventualidade: cancelamento de compromissos já contratualizados, incluindo no domínio, vital, das co-produções com teatros de ópera de outros países europeus, consequente descrédito, incapacidade futura de planear e cumprir o planeado.



5. É público que o anúncio da temporada 2004-2005 sofreu um atraso, face à data inicialmente divulgada, provavelmente porque já então se faziam sentir dificuldades de financiamento e programação. A situação parece ter-se agravado e encaminhar-se rapidamente para o ponto de ruptura. Ora, nem o País se pode dar ao que seria o triste luxo de gastar 10 milhões de euros para manter um Teatro de ópera incapaz de concretizar a sua missão, nem o Governo, lá por estar demissionário, se pode alhear da responsabilidade indeclinável de gerir os assuntos correntes, ignorando os problemas urgentes e descartando as soluções.
6. Assim, pergunta-se ao Governo:
- Porque se atrasou a renovação do acordo de apoio mecenático para o Teatro de S. Carlos e, se acaso o atraso não foi ainda recuperado, que medidas tomou e toma o Governo para desbloquear o impasse?
  - Porque não foram ainda desativadas as verbas retidas do orçamento de funcionamento do Teatro de S. Carlos, quando é por demais evidente que sem a sua desativação o Teatro corre o risco iminente de paralisação?
  - Que outras medidas está a tomar o Governo para acudir ao risco acima referido?

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2005

O deputado do Grupo Parlamentar do PS

*Augusto Santos Silva*

(Augusto Santos Silva)